

PROGRAMA NACIONAL DE PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERÁPICOS E OS POVOS E COMUNIDADES TRACIONAIS

ISABEL MACEDO AVELAR

Coletivo Mulheres da Terra

bel_avelar@hotmail.com

Sobre raízes, remédios e benzeções: troca de saberes Tradicionais e de experiências medicinais populares

RESUMO:

Esse artigo propõe reflexões acerca das maneiras pelas quais a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, através da implantação das Farmácias Vivas, pode beneficiar o uso das plantas medicinais por povos e comunidades tradicionais.

O emprego das plantas medicinais na recuperação da saúde tem evoluído ao longo dos tempos desde as formas mais simples de tratamento local, provavelmente utilizada pelo homem das cavernas até as formas tecnologicamente sofisticadas da fabricação industrial utilizada pelo homem moderno (LORENZI, 2002). Esse uso das plantas para o cuidado e na promoção da saúde é reconhecido há décadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que recomenda aos órgãos responsáveis pela saúde pública de cada país, que: façam levantamentos das plantas utilizadas na medicina tradicional e popular e desenvolvam programas que permitam cultivar as plantas selecionadas na forma de preparações que sejam seguras, eficazes e produzidas com qualidade. (LORENZI, 2002).

No Brasil, foi aprovada em 2008, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do Governo Federal com vistas a garantir acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos no país, além de buscar o desenvolvimento de tecnologias e inovações, o fortalecimento das cadeias e dos arranjos produtivos, o uso sustentável da biodiversidade brasileira e o desenvolvimento do complexo produtivo da saúde (BRASIL, s/d)

Os povos e comunidades tradicionais deveriam ser os grandes protagonistas e beneficiados de políticas como esta, já que o uso das plantas medicinais na grande maioria das vezes, é intrínseca a seu modo de vida e nas práticas de cuidado com a saúde integral. Desse modo, é de grande importância a valorização e transmissão desses saberes tradicionais, para além da cultura oral dentro das comunidades. Os anciões são os grandes detentores desses saberes e muitas vezes as populações mais jovens não se interessam por aprender e aplicar esses conhecimentos.

Uma possibilidade para a perpetuação dessa riqueza de conhecimentos acerca das plantas medicinais, é a realização de parcerias entre os povos e comunidades tradicionais e a universidade, através de grupos e projetos de pesquisa. Essa parceria proporciona uma ecologia dos saberes, unindo conhecimentos e saberes tradicionais com a possibilidade de realização de pesquisas que contribuem para a validação desses saberes empíricos em conhecimentos científicos, o que possibilita que o uso dessas plantas se expanda e se perpetue por mais tempo.

O Cerrado brasileiro abriga uma ampla diversidade de espécies medicinais. A utilização popular dessas plantas medicinais nativas faz parte de uma tradição baseada em conhecimentos transmitidos de geração a geração e pode constituir uma das alternativas econômicas para os povos e comunidades tradicionais. Em geral as plantas são coletadas por meio do extrativismo e as partes utilizadas incluem: cascas, raízes, folhas, frutos, sementes, flores, influorescências, caules, etc., que são utilizadas sob diversas formas tais como: chás, extratos, xaropes, garrafadas (IORIS, 1999).

O conhecimento do uso das plantas medicinais nas comunidades e povos tradicionais advém da observação das características das plantas e também pela observação de animais que procuram determinadas plantas quando doentes. Um exemplo importante é a ipecacuanha (*Cephaelis ipecacuanha*). O uso dessa planta surgiu da observação de um animal que procurava a sua raiz para se livrar de cólicas e diarreias; os indígenas começaram a usá-la para disenteria amebiana e hoje seu uso é reconhecido pela fitoterapia (MARTINS, 2000).

O uso das plantas medicinais, quando feito com critério, só tem a contribuir para a saúde de quem o pratica. Esses critérios referem-se à correta identificação da espécie e preparo adequado da planta medicinal. Além disso, as condições do local da coleta, do armazenamento, as dosagens e tempo de uso são informações de grande relevância para garantir o uso adequado das plantas.

Dentre as diretrizes do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, dois tópicos apresentam maior relevância para a discussão desse trabalho. 1. Promover e reconhecer as práticas populares e tradicionais de uso de plantas medicinais e remédios caseiros. 2. Promover a inclusão da agricultura familiar nas cadeias e nos arranjos produtivos das plantas medicinais, insumos e fitoterápicos. (BRASIL, s/d)

No contexto da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF) e da Coordenação-Geral de Assistência Farmacêutica Básica (CGAFB), tem apoiado projetos na área de plantas medicinais e fitoterápicos, em estados e municípios (BRASIL, s/d) de modo a apoiar os projetos das Farmácias Vivas, aprovado em 2010.

Este modelo, proposto em 1983 e assim denominado pelo farmacologista e Professor emérito da Universidade Federal do Ceará, Francisco José de Abreu Matos, abrange o cultivo e o beneficiamento de plantas medicinais, além da dispensação de fitoterápicos na forma de preparações magistrais e oficinais, com segurança, eficácia e qualidade, na perspectiva da integralidade da atenção à saúde, considerando o conhecimento tradicional e científico sobre essas espécies vegetais. (FIOCRUZ, s/d). Nesse programa, as plantas são selecionadas pela eficácia terapêutica e baixa toxicidade, verificadas na literatura científica e pela adaptabilidade ao cultivo na região de implantação das Farmácias Vivas, pois cada região tem as suas necessidades específicas, em função das condições de saúde e climáticas para o desenvolvimento das plantas. (MARTINS, 2000)

As comunidades e povos tradicionais possuem um conhecimento empírico do uso das plantas medicinais. As Farmácias Vivas, por sua vez, estão vinculadas à atenção primária à

saúde, principal acesso ao SUS, e ampliam o acesso às medicações preparadas com plantas que tiveram confirmação da atividade a elas atribuídas (FIOCRUZ, *s/d*), e podem se configurar como uma porta de entrada para validação e expansão do uso de plantas medicinais do Cerrado, de uso dos povos e comunidades tradicionais, além de oferecer uma possibilidade concreta de geração de renda para essas populações.

As plantas medicinais são recursos naturais e as pesquisas acerca de seu uso têm merecido destaque pelo seu potencial na produção de diversos medicamentos em benefício da humanidade, uma vez que a falta de conhecimentos adequados acerca dos processos de coleta e manejo das plantas medicinais pode levar a um extrativismo predatório que pode comprometer a sobrevivência dessas espécies e dos ecossistemas envolvidos, além de causar danos indesejados à saúde humana.

Para apoiar o acesso da população à essa terapêutica, a partir da expansão dessas Farmácias pelo país, foram criadas três modalidades de Apoio a Projetos na área de Plantas Medicinais e Fitoterápicos realizadas pelo Ministério da Saúde, a saber: Arranjos produtivos locais – APLs (2012-2015); Desenvolvimento e registro de fitoterápicos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - Rename – DR (2014 e 2015); e Assistência Farmacêutica em Plantas Medicinais e Fitoterápicos – AFPMF (2013 – 2022). No período de 2012 a 2022 foram apoiados 147 projetos, totalizando um investimento de R\$ 66.138.102,64 (BRASIL, *s/d*). Esse é um valor de investimento irrisório, considerando os grandes benefícios que o uso das plantas medicinais trazem à saúde, além de diminuir sobremaneira o gasto com as medicações industrializadas.

Esse projeto carrega aspectos de cuidado com a comunidade e a natureza e de educação, ao envolver comunidade, escolas e universidades. Mas para que essa política seja mais efetiva, os povos e comunidades tradicionais das diversas regiões do país, deveriam figurar entre os principais grupos para o Arranjo Produtivo Local, fornecendo a matéria-prima principal para a produção dos fitoterápicos. Essa parceria poderia beneficiar ambas as partes; os povos poderiam acessar um recurso financeiro que possibilitasse aos mesmos sua subsistência através de uma prática que é parte de sua tradição e as Farmácias Vivas teriam a possibilidade de adquirir uma planta cultivada em seu habitat natural, produzida a partir de uma série de saberes centenários. Além de abrir espaço para esse compartilhar dos conhecimentos científicos e maneiras de cultivo e manejo das plantas medicinais e do uso tradicional de plantas cujo uso terapêutico ainda não foi sistematizado.

Mas existem ainda alguns desafios a enfrentar: por se tratar de um projeto, a Farmácia Viva do SUS não conta com um financiamento fixo, o que dificulta a sua sustentabilidade. Na atualidade, a implantação dessas unidades depende de editais de fomento do Ministério da Saúde, o que dificulta a continuidade do trabalho. Embora essa parceria possa ser promissora, é preciso vencer esse desafios e construir políticas públicas que aliem a valorização dos saberes tradicionais, através de financiamentos que possibilitem garantir a perpetuação de práticas centenárias, cuja milenares de cura.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/pnpmf/ppnpmf> Acesso em: 23 de agosto de 2024.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Farmácia Viva: política pública brasileira de plantas medicinais que integra conhecimento popular e científico**. Disponível em: <https://ideiasus.fiocruz.br/publicacao/farmacia-viva-politica-publica-brasileira-de-plantas-medicinais-que-integra-conhecimento-popular-e-cientifico/> Acesso em: 23 de agosto de 2024.

IORIS, E. **Uma nota sobre a exploração de plantas medicinais do cerrado**. IN: Anais Workshop Plantas Medicinais do Cerrado: Perspectivas Comunitárias para a Saúde, e Meio Ambiente e o Meio Sustentável. Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior – Projeto Centro Comunitário de Plantas Medicinais. Mineiro, GO, 1999.

LORENZI, Harri. **Plantas Medicinais no Brasil: nativas e exóticas cultivadas**. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2002.

MARTINS, E. R.; CASTRO, D. M.; CASTELLANI, D. C.; DIAS, J. E. **Plantas Medicinais**. Viçosa: UFV, 2000.